

A EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO NO PROJETO REPUBLICANO BRASILEIRO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Antonio Henrique Pinto
Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes

Este trabalho analisa o projeto de constituição de trabalhadores pelo governo da República do Brasil na primeira metade do século XX, mais especificamente, entre 1910 e 1942, período caracterizado pela implementação de projetos educacionais com o propósito de instaurar uma ordem social baseada no projeto republicano iniciado na última década do século anterior. Esta análise baseia-se no cotejamento dos registros de memórias da Escola de Aprendizes e Artífices do Espírito Santo (EAAES) entre os anos de 1910 e 1942, recorte que contempla desde a criação até o fim dessas instituições, em 1942. Dessa forma, considerando o contexto social desse período, o eixo da análise se orientou na compreensão do processo formativo presente na prática pedagógica dessa instituição e qual a mediação estabelecida entre esse processo e o projeto modernizador e civilizador proposto pelos republicanos?

Escavadas as memórias, a materialidade encontrada se constituiu nos programas de ensino, anotações de secretaria escolar das disciplinas, atas, fotografias e outros documentos institucionais. Em diálogo com Guinzburg (1989) e Benjamim (1995), esses registros lançaram luz ao passado institucional, possibilitando uma interpretação que, circunscrita ao campo indiciário e em diálogo com outros relatos históricos, propiciou compreender a constituição da educação profissional na Primeira República como elemento instaurador de uma ordem social republicana. Da mesma forma, possibilitou configurar o processo de constituição da cultura escolar como gênese de uma “experiência de classe”, mediação simbólica constitutiva de práticas civilizatórias destinadas aos jovens que se dirigiam ao mundo do trabalho nas primeiras décadas, nascimento da sociedade urbano-industrial no Brasil.

Nesse sentido, configura-se a dimensão formativa do jovem trabalhador como objetivo livrá-lo do ócio e da vagabundagem e, concomitante a esse processo, promover o desenvolvimento e modernização dos centros urbanos pelo atendimento à demanda por profissionais especializados nos trabalhos com a madeira, o ferro, o couro e domínio de tecnologias como a eletricidade. O prédio escolar, em sua imponência, simbolizava a modernidade arquitetônica pelo uso do ferro e do vidro em sua fachada. Uma edificação que destoava do das edificações escolares daquele período. Em seu interior circulavam jovens alunos de origem social na pobreza e com recorte racial de cor negra, muitos dos quais moradores dos morros que circundavam o prédio escolar. Na década de 1930, essa concepção de formação profissional destinada aos jovens não mais atendia às demandas e ao contexto social. Entretanto, as mudanças efetivas seriam implementadas somente na década de 1940, mais exatamente em 1942, com a Reforma Gustavo Capanema, criando a rede de Escolas Técnicas do Governo Federal, projeto que evidenciava o discurso nacionalista do governo Vargas.

Bibliografia:

BENJAMIM, W. Ensaio Sobre Literatura e História da Cultura. Obras Escolhidas. Vol. 1. São Paulo, Brasiliense, 1994.

GUINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das letras, 1989.